

15. Proposta de adesão do Município de Braga à COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação.

Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, para posterior aprovação da Assembleia Municipal, e subsequente remessa a visto do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 53.º, por remissão do n.º 4 do artigo 56.º, ambos do RJAELPL em conjugação com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º e a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais):

- a) A Adesão do Município de Braga à "COTEC";
- b) A Autorização para realização de despesa no montante de 5.000€ (cinco mil euros), para pagamento da respetiva cota anual;
- c) A aceitação dos estatutos da associação.

Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE EXECUTIVO MUNICIPAL

N.º Informação: 44039

Data: 07/05/2024

Assunto: Proposta de adesão do Município de Braga à COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal:	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despacho
O Presidente
O(a) Vice-Presidente , à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

PROPOSTA: Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, para posterior aprovação pela Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 53.º, por remissão do n.º 4 do artigo 56.º, ambos do RJALPL em conjugação com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º e a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais)

Considerando que:

1. A COTEC é uma pessoa coletiva sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, constituída por tempo indeterminado, que tem por objeto *“dinamizar a relação entre quaisquer entidades intervenientes no Sistema Nacional de Inovação, priorizar políticas de inovação, estimular e sensibilizar as empresas para o investimento em investigação e desenvolvimento, bem como praticar todos os atos acessórios ao prosseguimento deste objeto associativo e que sejam legalmente possíveis. Com vista à prossecução do seu*

objeto, a Associação poderá integrar outros organismos com finalidade semelhante, bem como participar no capital de sociedades comerciais, em agrupamentos complementares de empresas e em agrupamentos europeus de interesse económico.”

2. A adesão do Município de Braga à COTEC representa um passo importante em direção à inovação e ao desenvolvimento económico de Braga, já que a COTEC tem como principais atribuições:

a) Colaborar com as entidades públicas competentes na definição e implementação de uma estratégia de investimento em inovação em Portugal;

b) Promover a reflexão sobre as determinantes dos processos de inovação no desenvolvimento económico;

c) Elaborar diagnósticos sobre o estado e a dinâmica da inovação no tecido empresarial nacional;

d) Estimular e sensibilizar as empresas para o investimento em Investigação, Desenvolvimento e Inovação;

e) Promover e incentivar a ligação entre os centros de saber e o tecido empresarial, nomeadamente, no que respeita à qualificação relevante dos recursos humanos nas empresas;

f) Liderar a dinamização da relação entre as empresas e as instituições públicas e privadas intervenientes no Sistema Nacional de Inovação;

g) Promover a articulação com outras instituições internacionais que prossigam os mesmos objetivos;

h) Promover e organizar cursos, conferências, estudos e projetos de investigação no âmbito do seu objeto associativo.

Considerando ainda, que:

3. A COTEC, em 2024, tem como eixo estratégico de intervenção o tema da competitividade territorial.
4. Com esta adesão o município de Braga terá uma contribuição relevante para uma abordagem estruturada, sistemática e comparativa na análise e compreensão das dimensões da competitividade territorial e empresarial, aplicada à formulação de instrumentos e medidas de política pública de incidência nacional e territorial, e com a avaliação objetiva dos respetivos impactos reais no desenvolvimento económico e social dos territórios.
5. A adesão à COTEC Portugal constituirá a formalização institucional de uma cooperação profícua com o Município de Braga, materializada num registo de iniciativas conjuntas de grande sucesso, especificamente no domínio das políticas públicas dirigidas ao fomento da competitividade territorial e da economia da inovação.
6. Esta adesão, conforme referido, reflete as mais valias das quais o Município irá beneficiar no desempenho das atribuições a seu cargo, e por inerência, beneficiará também o tecido empresarial do concelho e todo e qualquer munícipe.

Assim,

Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, para posterior aprovação pela Assembleia Municipal, e subsequente remessa a visto do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 53.º, por remissão do n.º 4 do artigo 56.º, ambos do RJAELPL em conjugação com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º e a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais):

- a) a adesão do Município de Braga à "COTEC";
- b) a autorização para realização de despesa no montante de 5.000€ (cinco mil euros), para pagamento da respetiva cota anual;
- c) a aceitação dos estatutos da associação.

O Presidente da Câmara Municipal

Anexos:

- 1. Estatutos da COTEC
- 2. Compromisso e cabimento da despesa referente à quota.
- 3. Parecer do DJ



**Estatutos da
COTEC Portugal - Associação Empresarial para a Inovação**

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE E FINALIDADE

Artigo 1.º

(Denominação, natureza e duração)

A **COTEC Portugal - Associação Empresarial para a Inovação**, também designada abreviadamente por **COTEC Portugal**, e adiante referida por **Associação**, é uma pessoa colectiva sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, constituída por tempo indeterminado.

Artigo 2.º

(Sede)

1. A COTEC Portugal tem a sua sede na Rua Engenheiro Ferreira Dias, n.º 728 (Edifício Porto INOVA), sala 1.05, 4100-246 Porto, freguesia de Ramalde, concelho do Porto.
2. Por deliberação da Direcção, poderão estabelecer-se delegações ou outras formas de representação permanente em território nacional ou estrangeiro.
3. É desde já criada uma delegação da **Associação** em Lisboa.

Artigo 3.º

(Objecto associativo)

1. A **Associação** tem por objecto dinamizar a relação entre quaisquer entidades intervenientes no Sistema Nacional de Inovação, priorizar políticas de inovação, estimular e sensibilizar as empresas para o investimento em investigação e desenvolvimento, bem como praticar todos os actos acessórios ao prosseguimento deste objecto associativo e que sejam legalmente possíveis.
2. Com vista à prossecução do seu objecto, a **Associação** poderá integrar outros organismos com finalidade semelhante, bem como participar no capital de sociedades comerciais, em agrupamentos complementares de empresas e em agrupamentos europeus de interesse económico.

Artigo 4.º

(Atribuições)

Para a prossecução do mencionado objecto associativo, compete à **Associação**, designadamente:

- a) Colaborar com as entidades públicas competentes na definição e implementação de uma estratégia de investimento em inovação em Portugal;
- b) Promover a reflexão sobre as determinantes dos processos de inovação no

- desenvolvimento económico;
- c) Elaborar diagnósticos sobre o estado e a dinâmica da inovação no tecido empresarial nacional;
 - d) Estimular e sensibilizar as empresas para o investimento em Investigação, Desenvolvimento e Inovação;
 - e) Promover e incentivar a ligação entre os centros de saber e o tecido empresarial, nomeadamente, no que respeita à qualificação relevante dos recursos humanos nas empresas;
 - f) Liderar a dinamização da relação entre as empresas e as instituições públicas e privadas intervenientes no Sistema Nacional de Inovação;
 - g) Promover a articulação com outras instituições internacionais que prossigam os mesmos objectivos;
 - h) Promover e organizar cursos, conferências, estudos e projectos de investigação no âmbito do seu objecto associativo.

CAPÍTULO II

ASSOCIADOS

Artigo 5.º

(Admissão e qualidade)

1. Podem ser admitidos como Associados Efectivos da **Associação** pessoas colectivas com actividade em Portugal e indutoras ou utilizadoras de inovação.
2. A admissão de Associados Efectivos é competência da Assembleia Geral.
3. A manutenção da qualidade de Associado Efectivo depende do pagamento da quota.
4. Excepcionalmente, por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser admitidos como Associados Honorários as pessoas singulares ou colectivas que, pelos serviços relevantes prestados à **Associação**, contribuam para a sua dignificação e expansão, ou que, por qualquer outra forma, contribuam para os objectivos nela definidos.
5. O Presidente da República Portuguesa e o Primeiro-Ministro de Portugal em exercício, serão sempre convidados para Associados Honorários da **Associação**, mantendo essa qualidade após a cessação dos respectivos mandatos, excepto se assim não o pretenderem.
6. O Presidente da República em exercício assumirá a qualidade de Presidente Honorário da **Associação**, sempre que se manifestar disponível para o desempenho deste cargo.

Artigo 6.º

(Direitos)

Constituem direitos dos Associados:

- a) Participar na constituição e no funcionamento da **Associação** podendo, nomeadamente, eleger e ser eleitos para ocupar cargos associativos;
- b) Usufruir de todas as regalias e benefícios disponibilizados pela **Associação** e obter desta informações de que disponha para uso dos Associados;
- c) Requerer a convocação e participar nas reuniões da Assembleia Geral, nos termos estatutários;
- d) Apresentar sugestões, aos órgãos associativos da **Associação**, que visem a melhoria da prossecução do seu objecto estatutário;

- e) Reclamar, perante os órgãos da **Associação**, de actos ou omissões que considerem lesivos dos seus direitos enquanto Associados;
- f) Propor à Assembleia Geral, a admissão de novos Associados, Efectivos e Honorários, nos termos estatutários;
- g) Examinar os livros da escrita da **Associação**, as contas e os documentos com elas relacionados, formulando à Direcção pedido expresso para o efeito.

Artigo 7.º

(Deveres)

Constituem deveres dos Associados:

- a) No caso dos Associados Efectivos, pagar atempada e pontualmente, as quotizações para a **Associação**, bem como quaisquer outras participações que vierem a ser fixadas pelos órgãos associativos;
- b) Desempenhar, com dedicação e eficiência, os cargos nos órgãos associativos para os quais hajam sido eleitos, salvo fundada impossibilidade;
- c) Contribuir, moral e materialmente, para a prossecução dos objectivos, a crescente afirmação e bom-nome da **Associação**;
- d) Cumprir e acatar as disposições estatutárias e regulamentares da **Associação**;
- e) Satisfazer, na medida do possível, os pedidos de informação efectuados pela **Associação**, fornecendo todos os elementos que, não tendo carácter confidencial, lhe hajam sido solicitados e digam respeito à prossecução do objecto estatutário.

Artigo 8.º

(Suspensão e perda da qualidade de Associado)

1. Serão suspensos dos seus direitos associativos os Associados que por mais de seis meses estejam em mora quanto ao pagamento das suas quotas e outras dívidas perante a **Associação**.
2. A suspensão mencionada no número anterior será comunicada ao Associado remisso por carta registada com aviso de recepção para que este, no prazo de dois meses, contados desde o dia seguinte ao da recepção de tal comunicação, proceda à regularização da situação ou à apresentação de justificação para a mesma, sob pena de exclusão.
3. Perdem a qualidade de Associado:
 - a) os que solicitem a sua exoneração;
 - b) os que se dissolvam;
 - c) os que, no final do prazo referido no número dois do presente artigo, não hajam regularizado ou justificado a situação aí mencionada;
 - d) os que, de forma grave e reiterada, violem os estatutos, disposições regulamentares ou deliberações dos órgãos associativos, ou deliberadamente promovam o descrédito ou pratiquem actos em detrimento da **Associação**;
 - e) os que se recusem exercer os cargos nos órgãos associativos para os quais hajam sido eleitos, salvo fundada impossibilidade.
4. Salvo no que respeita aos casos previstos nas alíneas a) e b) do número anterior, em que a exclusão depende exclusivamente de acto voluntário do Associado, a decisão sobre a perda da qualidade de Associado é da competência da Assembleia Geral sob proposta da Direcção e será sempre precedida da audiência do visado, a quem será concedido um prazo, nunca inferior a cinco dias úteis, para apresentar por escrito a sua defesa.
5. O Associado que por qualquer forma deixar de pertencer à **Associação** não detém qualquer direito sobre o património desta, não podendo reaver, a nenhum título, as quotizações e demais participações por si efectuadas.

CAPÍTULO III

ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS

Artigo 9.º

(Órgãos associativos)

1. São órgãos da **Associação** o Presidente Honorário, caso o Presidente da República em exercício se manifeste disponível para o desempenho do cargo respectivo, a Assembleia Geral, o Conselho Geral, a Direcção, o Conselho Consultivo e o Conselho Fiscal.
2. Os Associados que sejam pessoas colectivas designados para desempenharem um cargo associativo deverão, no prazo máximo de quinze dias após a respectiva eleição, nomear uma pessoa singular para exercer tal cargo em sua representação, não podendo nenhum Associado estar representado em mais do que um órgão associativo no decurso do mesmo mandato, com excepção da própria Assembleia Geral.
3. Em caso de cessação, por qualquer motivo, do vínculo entre o representante no cargo associativo e o Associado por si representado, ou no caso de impedimento permanente do representante para o exercício das suas funções, o Associado deverá designar um novo representante.
4. Salvo disposição estatutária em sentido diferente, o mandato dos titulares dos órgãos associativos tem a duração de três anos, sendo permitida a recondução com as limitações previstas no número dois do Artigo 14.º.
5. No caso de preenchimento de vaga aberta num órgão da **Associação** no decurso de um mandato, o respectivo titular manter-se-á em funções apenas até ao termo desse mandato, sendo permitida a recondução.
6. O exercício de cargos associativos será remunerado apenas no caso do Revisor Oficial de Contas ou sociedade de Revisores Oficiais de Contas designados para o Conselho Fiscal.

Secção I

PRESIDENTE HONORÁRIO

Artigo 10.º

(Composição, mandato e competência)

1. O Presidente Honorário da **Associação** é o Presidente da República em exercício, caso este se manifeste disponível para o desempenho daquele cargo.
2. O mandato do Presidente Honorário coincidirá com o do Presidente da República em exercício.
3. Sem prejuízo do disposto no Artigo 20.º, ao Presidente Honorário cabe assegurar a representação institucional e política da **Associação**, tendo em vista a prossecução das actividades compreendidas no objecto associativo.

Secção II

ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 11.º

(Composição)

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os Associados no pleno gozo dos seus direitos.
2. Para os efeitos do número anterior consideram-se como estando no pleno gozo dos seus direitos os Associados regularmente inscritos na **Associação** até quarenta e cinco dias antes da realização de uma reunião da Assembleia Geral, os Associados que não se encontrem suspensos ou aqueles relativamente aos quais não esteja pendente processo de exclusão da **Associação**.
3. A Assembleia Geral é dirigida por uma Mesa da Assembleia Geral, formada por um Presidente, um Vice-Presidente e por um Secretário.
4. Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral:
 - a) Convocar as Assembleias Gerais, a solicitação da Direcção;
 - b) Dirigir as reuniões da Assembleia Geral de acordo com as disposições estatutárias e legais aplicáveis;
 - c) Assinar, juntamente com os demais membros da Mesa, as actas das reuniões da Assembleia Geral;
 - d) Velar pelo efectivo cumprimento das deliberações da Assembleia Geral;
 - e) Exercer as demais funções que por lei, estatutos ou regulamento lhe sejam atribuídas.

Artigo 12.º

(Funcionamento)

1. A Assembleia Geral reunirá ordinariamente, no primeiro semestre de cada ano, para, designadamente, proceder à apreciação, discussão e votação do relatório e contas do exercício findo e, extraordinariamente, sempre que para tal seja convocada por iniciativa da Direcção ou na sequência de requerimento de um quinto dos Associados.
2. A Assembleia Geral não poderá deliberar, em primeira convocatória, sem que estejam presentes ou devidamente representados pelo menos metade dos Associados, contudo em segunda convocatória, que terá lugar meia hora depois, poderá fazê-lo independentemente do número de Associados presentes.
3. Cada Associado disporá de um voto, a que acrescerá um voto por cada mil euros da sua quota anual, não podendo, porém, cada Associado dispor de mais de onze votos.
4. As deliberações são tomadas pela maioria dos votos emitidos, salvo as relativas à alteração dos estatutos e à destituição dos titulares dos órgãos associativos, para as quais é exigida maioria de três quartos da totalidade dos votos presentes ou representados, e quanto à dissolução da **Associação**, para a qual é necessário o voto favorável de três quartos do total dos Associados.
5. Os Associados podem fazer-se representar, por membros da sua Administração, por outro Associado ou por um membro da Direcção, nas reuniões da Assembleia Geral mediante carta de representação dirigida ao Presidente da Mesa e entregue na sede da **Associação**, até vinte e quatro horas antes da realização da reunião.
6. Cada participante na reunião não poderá representar mais de três Associados.
7. O Associado não pode votar por si ou como representante de outrem nas matérias em que haja conflito de interesses entre si e a **Associação**.

8. A convocatória da Assembleia Geral é feita por carta expedida para a sede de cada Associado, ou, se a lei o permitir e os Associados comunicarem previamente o seu consentimento, por correio electrónico com recibo de leitura, com a antecedência mínima de quinze dias, dela devendo constar o dia, hora, local da reunião e a respectiva ordem de trabalhos.
9. Não poderão ser tomadas deliberações sobre assuntos que não constem da ordem de trabalhos, salvo se todos os Associados comparecerem e anuírem na sua inclusão.
10. Na ausência do Presidente da Mesa e do Vice-Presidente, as reuniões da Assembleia Geral serão presididas pelo Secretário e, na ausência deste, pelo Associado que a própria Assembleia Geral previamente designar para o efeito.
11. Das reuniões da Assembleia Geral será lavrada acta, que será assinada pelos membros da Mesa, e consignada em livro próprio.

Artigo 13.º

(Competência)

É competência da Assembleia Geral:

- a) Eleger a respectiva Mesa, a Direcção, o Conselho Geral, o Conselho Consultivo e o Conselho Fiscal;
- b) Definir a estratégia e as linhas gerais de actuação da **Associação**;
- c) Estabelecer, sob proposta da Direcção, o valor e a periodicidade da quota devida pelos Associados Efectivos, incluindo através de regulamento, e, bem assim, fixar outras contribuições financeiras devidas pelos Associados;
- d) Destituir os titulares dos órgãos associativos;
- e) Discutir e votar o relatório e contas de cada exercício;
- f) Discutir e votar as alterações aos estatutos;
- g) Aprovar os regulamentos da **Associação** elaborados pela Direcção;
- h) Decidir sobre a admissão e exclusão de Associados, mediante proposta da Direcção;
- i) Deliberar sobre a dissolução e liquidação da **Associação**;
- j) Discutir e votar sobre todos os assuntos para os quais haja sido expressamente convocada, bem como sobre todas as matérias que estatutária ou legalmente lhe sejam atribuídas.

Secção III

CONSELHO GERAL

Artigo 14.º

(Composição)

1. O Conselho Geral é composto por quinze a trinta e cinco membros eleitos pela Assembleia Geral de entre os Associados, a qual igualmente designará o Presidente deste órgão associativo.
2. Poderão ser reeleitos como membros do Conselho Geral apenas um terço do total dos membros deste órgão no mandato imediatamente precedente.
3. Os Associados Honorários, quando não integrem este órgão associativo, poderão ser convidados a participar nas reuniões do Conselho Geral.

Artigo 15.º

(Funcionamento)

1. O Conselho Geral reúne ordinariamente no último trimestre de cada ano para discussão, votação e aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para o exercício seguinte, e extraordinariamente, nas datas para o efeito definidas pelo respectivo Presidente, o qual procederá à sua convocação por meio de carta ou por correio electrónico, com a antecedência mínima de quinze dias, dela devendo constar a data, local e hora da reunião, bem como a respectiva ordem de trabalhos.
2. O Conselho Geral considera-se validamente constituído para deliberar desde que estejam presentes ou representados, pelo menos, metade dos seus membros, sendo as deliberações deste órgão associativo aprovadas por maioria simples dos respectivos membros presentes ou representados.
3. Das reuniões do Conselho Geral será lavrada acta, que será assinada pelos membros presentes, e consignada em livro próprio.

Artigo 16.º

(Competência)

É da competência do Conselho Geral:

- a) Aprovar, sob proposta da Direcção, o Plano de Actividades e o Orçamento para o exercício seguinte;
- b) Acompanhar e supervisionar a actividade da **Associação** de acordo com as linhas gerais traçadas pela Assembleia Geral;
- c) Aprovar, sob proposta da Direcção, a participação da **Associação** em outros organismos com finalidade semelhantes, em sociedades comerciais, em agrupamentos complementares de empresas e em agrupamentos europeus de interesse económico;
- d) Definir e acompanhar os projectos da **Associação** de curto e médio prazo;
- e) Deliberar sobre proposta da Direcção, acerca da aquisição, alienação ou oneração de bens patrimoniais de valor superior a um milhão de euros, bem como sobre a contratação de empréstimos, umas e outras desde que não previstas no orçamento aprovado.

Secção IV

DIRECÇÃO

Artigo 17.º

(Composição)

A Direcção é composta por um número ímpar de membros, entre três e sete, eleitos pela Assembleia Geral, os quais, de entre eles, designarão os respectivos Presidente e Vice-Presidente, este último substituindo aquele nos seus impedimentos.

Artigo 18.º

(Funcionamento)

1. A Direcção reunirá ordinariamente pelo menos uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que para tal seja convocada pelo respectivo Presidente ou pela maioria dos seus membros.
2. Cada membro da Direcção dispõe de um voto, tendo o Presidente, em caso de empate,

voto de qualidade.

3. A Direcção poderá deliberar validamente sempre que nas respectivas reuniões estejam presentes a maioria dos seus membros.
4. Qualquer membro da Direcção poderá fazer-se representar por outro, mediante carta de representação, válida apenas para uma reunião, dirigida ao respectivo Presidente.
5. Nenhum membro da Direcção poderá representar numa reunião mais do que um outro membro.
6. Poderão participar nas reuniões da Direcção, sem direito de voto, os membros do Conselho Geral ou do Conselho Consultivo, ou ainda o Director Geral, sempre que, para o efeito, forem convidados pelo Presidente da Direcção.
7. Das reuniões da Direcção será lavrada acta, que será assinada pelos membros presentes, e consignada em livro próprio.
8. A Direcção, no âmbito dos respectivos poderes de gestão, contratará um Director Geral da **Associação**, o qual não integra os órgãos associativos.

Artigo 19.º

(Competência)

É da competência da Direcção:

- a) Gerir a **Associação**, praticando todos os actos necessários ou convenientes à realização do seu objecto;
- b) Executar a política associativa e a estratégia definidas pela Assembleia Geral para o desenvolvimento da actividade da **Associação**;
- c) Elaborar, anualmente, o plano de actividades e orçamento da **Associação** para o exercício seguinte e submetê-lo à aprovação do Conselho Geral;
- d) Assegurar o acompanhamento permanente da actividade da **Associação**;
- e) Assegurar o respeito e cumprimento das disposições estatutárias e regulamentares, bem como das deliberações dos órgãos associativos;
- f) Propor, incluindo através de regulamento, o valor da quota devida pelos Associados, a submeter à Assembleia Geral;
- g) Elaborar o relatório e contas de cada exercício da **Associação** a submeter à apreciação da Assembleia Geral;
- h) Sem prejuízo do disposto no Artigo 16.º destes estatutos, decidir sobre a aquisição, oneração ou alienação de bens imóveis, bem como sobre eventuais empréstimos a contrair pela **Associação**;
- i) Propor ao Conselho Geral a participação da **Associação** em outros organismos com finalidade semelhantes, em sociedades comerciais, em agrupamentos complementares de empresas e em agrupamentos europeus de interesse económico;
- j) Elaborar os regulamentos que se mostrem necessários à prossecução do objecto associativo e propor a respectiva aprovação à Assembleia Geral;
- k) Representar a **Associação** em juízo e fora dele;
- l) Propor a alteração parcial ou total dos estatutos e submetê-la à apreciação da Assembleia Geral;
- m) Convocar a Assembleia Geral, em colaboração com o respectivo Presidente da Mesa, definindo a respectiva ordem de trabalhos;
- n) Elaborar o inventário, balanço e contas finais bem como o relatório do estado da **Associação** após a respectiva dissolução, submetendo-os à apreciação da Assembleia Geral;
- o) Contratar e despedir o pessoal da **Associação**, exercendo sobre ele os poderes

- inerentes à condição de entidade patronal;
- p) Propor à Assembleia Geral a mudança da sede associativa para outro local, assim como o estabelecimento de delegações ou outras formas de representação permanente em território nacional ou no estrangeiro;
 - q) Praticar os demais actos de gestão que a cada momento se revelem necessários e convenientes à prossecução do objecto da Associação.

Artigo 20.º

(Vinculação)

A Associação vincula-se:

- a) Pela assinatura de dois membros da Direcção;
- b) Pela assinatura de um membro da Direcção, dentro dos poderes que lhe tenham sido conferidos por deliberação da Direcção consignada em acta;
- c) Pela assinatura de um membro da Direcção e de um procurador a quem esta tenha conferido poderes para a prática de determinado acto ou espécie de actos;
- d) Pela assinatura de um ou mais procuradores, dentro dos limites da procuração conferida.

Secção V

CONSELHO CONSULTIVO

Artigo 21.º

(Composição)

1. O Conselho Consultivo é composto por quinze a quarenta personalidades prestigiadas, nomeadamente as que integram o Sistema Nacional de Inovação, designados pela Assembleia Geral, a qual igualmente designará o Presidente deste órgão associativo.
2. Para os efeitos do número anterior, as individualidades a eleger serão, à data da eleição:
(i) académicos e representantes de instituições de ensino ou instituições de investigação, desenvolvimento e inovação; (ii) gestores das instituições públicas de investigação, desenvolvimento e inovação e de instituições de apoio empresarial; (iii) gestores de empresas e representantes de associações empresariais.

Artigo 22.º

(Funcionamento)

1. O Conselho Consultivo reunirá, pelo menos, uma vez por semestre, em data a definir pelo respectivo Presidente, o qual procederá à sua convocação por meio de carta ou correio electrónico, com a antecedência mínima de quinze dias, dela devendo constar a data, local e hora da reunião, bem como a respectiva ordem de trabalhos.
2. Das reuniões do Conselho Consultivo será lavrada acta, que será assinada pelo Presidente, e consignada em livro próprio.

Artigo 23.º

(Competência)

É da competência do Conselho Consultivo:

- a) Colaborar na definição de estratégias a adoptar pela Associação;
- b) Contribuir para a qualidade técnica dos trabalhos efectuados pela Associação;

- c) Apoiar a difusão dos trabalhos desenvolvidos e a desenvolver pela **Associação**;
- d) Emitir parecer técnico sobre determinado assunto ou projecto de relevo para a **Associação** sempre que tal lhe seja solicitado por qualquer um dos restantes órgãos associativos.

Secção VI

CONSELHO FISCAL

Artigo 24.º

(Composição)

1. A fiscalização da actividade da **Associação** é da competência de um Conselho Fiscal eleito pela Assembleia Geral, o qual será composto por três membros efectivos e um suplente.
2. Um dos membros efectivos e o membro suplente serão revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas, que estejam Associados a uma das mais relevantes empresas de auditoria.
3. A Assembleia Geral que proceder à eleição dos membros do Conselho Fiscal designará o Presidente, que tem voto de qualidade.

Artigo 25.º

(Competência)

1. É da competência do Conselho Fiscal:
 - a) Fiscalizar a actividade da Direcção;
 - b) Verificar a regularidade e adequação das contas e da contabilidade da **Associação**;
 - c) Dar parecer sobre o Relatório e Contas a submeter à Assembleia Geral;
 - d) Dar parecer sobre todos os assuntos que lhe sejam submetidos pela Assembleia Geral ou pela Direcção;
 - e) Zelar em geral pela legalidade e conformidade com os presentes estatutos dos actos dos demais órgãos da **Associação**, bem como exercer as demais funções legal e estatutariamente previstas.
2. Sempre que o entenda necessário ou conveniente, o Conselho Fiscal ou um representante seu designado para o efeito poderá assistir às reuniões da Direcção, mediante prévia comunicação ao respectivo Presidente.

CAPÍTULO IV

REGIME FINANCEIRO

Artigo 26.º

(Receitas da Associação)

Constituem receitas da **Associação**:

- a) O produto das quotas ou outras contribuições financeiras estabelecidas pela Assembleia Geral, ainda que por via regulamentar, e pagas pelos Associados;
- b) Os juros e outros rendimentos de bens de que a **Associação** seja proprietária;
- c) Os benefícios, subsídios, donativos, fundos ou contribuições que venham a ser

- atribuídos à **Associação**;
- d) As quantias estabelecidas pela Direcção pela prestação de determinados serviços ou para comparticipação das despesas da **Associação** com a realização de determinados eventos no âmbito da prossecução do respectivo objecto associativo;
- e) Outras receitas eventuais regulamentares.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 27.º

(Dissolução e Liquidação)

1. Dissolvida a **Associação**, será convocada a Assembleia Geral para reunir nos quinze dias úteis seguintes, a fim de pronunciar-se sobre o inventário, balanço e contas finais e sobre um relatório relativo ao estado da **Associação** apresentados pela Direcção.
2. Aprovadas as contas e o relatório cessam os mandatos dos órgãos associativos, com excepção da Assembleia Geral, a qual procederá à eleição de uma Comissão Liquidatária que representará a **Associação** na prática de todos os actos de liquidação.
3. Concluída a liquidação, a Comissão Liquidatária apresentará as respectivas contas em Assembleia Geral convocada para o efeito.

**REGULAMENTO DE QUOTIZAÇÃO APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL
A 22 DE SETEMBRO DE 2020**

Nos termos e para efeitos do disposto no Artigo 13.º, alíneas c) e g), dos Estatutos da COTEC Portugal, foi aprovado o presente Regulamento de Quotização, pelo qual se regerá a determinação do valor da quota anual devida por cada Associado a partir do ano civil de 2016, inclusive:

1. O valor da quota anual devida por cada Associado será determinado de acordo com o respetivo volume de negócios anual (VN), de harmonia com os seguintes critérios:
 - a) Quota no valor de dez mil euros: VN igual ou superior a duzentos e cinquenta milhões de euros;
 - b) Quota no valor de cinco mil euros: VN superior a cinquenta milhões de euros e inferior a duzentos e cinquenta milhões de euros;
 - c) Quota no valor de mil euros: VN igual ou inferior a cinquenta milhões de euros.
2. Poderão, no entanto, os Associados contribuir voluntariamente com um montante superior ao atrás estabelecido.
3. O valor da quota devida em cada ano civil (ano n) será determinado com base nas contas consolidadas do Associado no ano civil n-2. Assim, e a título de exemplo, a quota anual de 2016 será apurada com base nas contas consolidadas relativas ao ano civil de 2014.
4. Por razões de celeridade processual, a Direção da Associação, através da consulta a bases de dados ou a informações de acesso público, irá apurar, no último trimestre de cada ano civil (n-1), informação sobre o VN consolidado de cada Associado no ano anterior (n-2), para efeitos de determinação da quota do ano seguinte (n). Poderão os Associados, se assim o entenderem, manifestar a vontade de contribuírem com um montante superior, que determinarão.
5. No caso de entidades Associadas cuja atividade não seja de carácter predominantemente empresarial, poderá a Direção propor à Assembleia Geral a fixação de uma quota anual de 5.000€. Esta condição deverá acompanhar a proposta de admissão desses Associados, aplicando-se, desde já, aos Associados ANI - Agência Nacional de Inovação, SA, AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE, e IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, IP. Esta quota de 5.000€ será ainda aplicada aos Associados que constituam sucursais/estabelecimentos estáveis (mas não subsidiárias) de grandes multinacionais e que não façam a consolidação de contas em Portugal.
6. A quota anual torna-se integralmente devida a 1 de Janeiro do ano civil a que respeita, consequentemente não determinando a perda da qualidade de associado, designadamente por exoneração, em data igual ou posterior a 1 de Janeiro a liberação do Associado do integral pagamento da quota que respeite ao ano então em curso.
7. No ano da admissão, a quota anual devida será a correspondente aos duodécimos mensais por decorrer após a formalização do pedido de admissão como Associado, para o efeito não se considerando o mês em que essa formalização tenha lugar.

Despachos	
Chefe da Divisão de Apoio e Assessoria Jurídica	Diretor(a) do Departamento Jurídico

Despachos
Diretor Municipal de Gestão

Despachos	
Vereador, com competência delegada por despacho do Presidente de 18 de novembro de 2021	Presidente da Câmara Municipal

N.º Informação: 43397

Data: 06/05/2024

Assunto: Adesão do Município à COTEC

A PROPOSTA

«Propõe-se a adesão do Município de Braga à COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação, também designada abreviadamente por COTEC Portugal.

A COTEC é uma pessoa coletiva sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, constituída por tempo indeterminado, que tem por objeto *“dinamizar a relação entre quaisquer entidades intervenientes no Sistema Nacional de Inovação, priorizar políticas de inovação, estimular e sensibilizar as empresas para o investimento em investigação e desenvolvimento, bem como praticar todos os atos acessórios ao prosseguimento deste objeto associativo e que sejam legalmente possíveis. Com vista à prossecução do seu objeto, a Associação poderá integrar outros organismos com finalidade semelhante, bem como participar no capital de sociedades comerciais, em agrupamentos complementares de empresas e em agrupamentos europeus de interesse económico.”*

A adesão do Município de Braga à CTEC representa um passo importante em direção à inovação e ao desenvolvimento económico de Braga, já que a COTEC tem como principais atribuições:

- a) Colaborar com as entidades públicas competentes na definição e implementação de uma estratégia de investimento em inovação em Portugal;*
- b) Promover a reflexão sobre as determinantes dos processos de inovação no desenvolvimento económico;*
- c) Elaborar diagnósticos sobre o estado e a dinâmica da inovação no tecido empresarial nacional;*
- d) Estimular e sensibilizar as empresas para o investimento em Investigação, Desenvolvimento e Inovação;*
- e) Promover e incentivar a ligação entre os centros de saber e o tecido empresarial, nomeadamente, no que respeita à qualificação relevante dos recursos humanos nas empresas;*
- f) Liderar a dinamização da relação entre as empresas e as instituições públicas e privadas intervenientes no Sistema Nacional de Inovação;*
- g) Promover a articulação com outras instituições internacionais que prossigam os mesmos objetivos;*
- h) Promover e organizar cursos, conferências, estudos e projetos de investigação no âmbito do seu objeto associativo.*

Como eixo estratégico de intervenção em 2024, a COTEC tem como tema a competitividade territorial.

Com esta adesão o município de Braga terá uma contribuição relevante para uma abordagem estruturada, sistemática e comparativa na análise e compreensão das dimensões da competitividade territorial e empresarial, aplicada à formulação de instrumentos e medidas de política pública de incidência nacional e territorial, e com a avaliação objetiva dos respetivos impactos reais no desenvolvimento económico e social dos territórios.

A adesão à COTEC Portugal constituirá a formalização institucional de uma cooperação profícua com o Município de Braga, materializada num registo de iniciativas conjuntas de grande sucesso, especificamente no domínio das políticas públicas dirigidas ao fomento da competitividade territorial e da economia da inovação.

Esta adesão, conforme referido, reflete as mais valias das quais o Município irá beneficiar no desempenho das atribuições a seu cargo, e por inerência, beneficiará também o tecido empresarial do concelho e todo e qualquer munícipe.»

ANÁLISE

Os seus estatutos:

A COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação, também designada abreviadamente por COTEC Portugal, e adiante referida por Associação, é uma pessoa coletiva sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, constituída por tempo indeterminado.

- **O objeto:**

- 1. A Associação tem por objeto dinamizar a relação entre quaisquer entidades intervenientes no Sistema Nacional de Inovação, priorizar políticas de inovação, estimular e sensibilizar as empresas para o investimento em investigação e desenvolvimento, bem como praticar todos os atos acessórios ao prosseguimento deste objeto associativo e que sejam legalmente possíveis.
- 2. Com vista à prossecução do seu objeto, a Associação poderá integrar outros organismos com finalidade semelhante, bem como participar no capital de sociedades comerciais, em agrupamentos complementares de empresas e em agrupamentos europeus de interesse económico.

- **Forma de organização:**

(Órgãos associativos)

São órgãos da Associação o Presidente Honorário, caso o Presidente da República em exercício se manifeste disponível para o desempenho do cargo respetivo, a Assembleia Geral, o Conselho Geral, a Direção, o Conselho Consultivo e o Conselho Fiscal.

- **Direitos do Município:**

Constituem direitos dos Associados:

- a) Participar na constituição e no funcionamento da Associação podendo, nomeadamente, eleger e ser eleitos para ocupar cargos associativos;
- b) Usufruir de todas as regalias e benefícios disponibilizados pela Associação e obter desta informações de que disponha para uso dos Associados;
- c) Requerer a convocação e participar nas reuniões da Assembleia Geral, nos termos estatutários;
- d) Apresentar sugestões, aos órgãos associativos da Associação, que visem a melhoria da prossecução do seu objeto estatutário;
- e) Reclamar, perante os órgãos da Associação, de atos ou omissões que considerem lesivos dos seus direitos enquanto Associados;
- f) Propor à Assembleia Geral, a admissão de novos Associados, Efetivos e Honorários, nos termos estatutários;
- g) Examinar os livros da escrita da Associação, as contas e os documentos com elas relacionados, formulando à Direção pedido expresso para o efeito.

● **Deveres do Município:**

Constituem deveres dos Associados:

- a) No caso dos Associados Efetivos, pagar atempada e pontualmente, as quotizações para a Associação, bem como quaisquer outras participações que vierem a ser fixadas pelos órgãos associativos;
- b) Desempenhar, com dedicação e eficiência, os cargos nos órgãos associativos para os quais hajam sido eleitos, salvo fundada impossibilidade;
- c) Contribuir, moral e materialmente, para a prossecução dos objetivos, a crescente afirmação e bom-nome da Associação;
- d) Cumprir e acatar as disposições estatutárias e regulamentares da Associação;
- e) Satisfazer, na medida do possível, os pedidos de informação efetuados pela Associação, fornecendo todos os elementos que, não tendo carácter confidencial, lhe hajam sido solicitados e digam respeito à prossecução do objeto estatutário.

- **Obrigações a assumir pelo Município:**

- **A contribuição financeira a pagar pelo Município, anualmente:€**

ENQUADRAMENTO LEGAL:

O artigo 23º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, elenca as atribuições do Município:

Artigo 23.º

Atribuições do município

1 - Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias.

2 - Os municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos seguintes domínios:

m) Promoção do desenvolvimento;

No que ao caso interessa, a adesão em causa, encontra o devido enquadramento logo no nº 1 do artigo 23º, face às várias dimensões, e inclui-se em muitos domínios do nº 2 – alínea c).

A fundamentação da adesão consta na proposta acima referida, e reflete as mais valias das quais o Município irá beneficiar no desempenho das atribuições a seu cargo, e por inerência, beneficiará também todo e qualquer munícipe.

QUANTO À PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO EM ASSOCIAÇÕES DE DIREITO PRIVADO

Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais

A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, estabelece o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (adiante RJAELPL), e veio revogar a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro.

O RJAELPL regula os serviços municipalizados bem como as participações locais prevendo que o regime jurídico aí estabelecido se aplique às empresas locais, associações, cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa, constituídas ou participadas pelos municípios, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e pelas áreas metropolitanas.

A atividade empresarial local é, nos termos da lei, desenvolvida pelos municípios, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e pelas áreas metropolitanas, através dos serviços municipalizados ou intermunicipalizados e das empresas locais.

Nos termos do estipulado no RJAELPL são **participações locais todas as participações sociais detidas pelos municípios**, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e pelas áreas metropolitanas em entidades constituídas ao abrigo da lei comercial que não assumam a natureza de empresas locais, sendo que para os efeitos desta lei as entidades aqui referidas consideram-se sociedades comerciais participadas.

Resulta, pois, que as participações em associações, não são de considerar como participações locais, em virtude das associações não serem constituídas com base na lei comercial. Esta é a própria orientação que o RJAELPL acolhe, veja-se o caso da sua divisão que dedica o Capítulo IV às “Participações Locais” e o Capítulo V a “Outras Participações”, onde concretiza no art. 59.º sob a epígrafe “Associações de direito privado” que os municípios, as associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e as áreas metropolitanas podem participar com pessoas jurídicas privadas em associações que se regem pelo Código Civil.

O RJAELPL pretendeu abranger o quadro completo de possibilidades de participação dos municípios em terceiras entidades, designadamente de natureza privada ou cooperativa, bem como aplicar a essa participação um conjunto de regras financeiras comuns. Esta lei procurou um maior controlo entre os movimentos financeiros existentes entre as empresas locais e as respetivas entidades públicas participantes.

As associações de direito privado

i) Nos termos do art. 157.º do Código Civil as disposições do capítulo daquele código sobre as pessoas coletivas são aplicadas “às associações que não tenham por fim o lucro económico dos associados”.

Assim, a referida norma do código civil “parece deixar subentender que também há associações que têm por fim o lucro (económico) dos associados, embora se não apliquem aquelas disposições. Pensamos que o sentido da lei é considerar associação, em princípio, todo o agrupamento de pessoas que revista as características essenciais acima assinaladas: faz-se uma delimitação pela negativa: as entidades que têm por fim o lucro escapam à categoria de associação”.

ii) Conforme referido supra os municípios, as associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e as áreas metropolitanas podem participar com pessoas jurídicas privadas em associações, sendo que estas regem-se pelas normas contidas no Código Civil de onde resultam normas relativas à sua criação, funcionamento e extinção. Sendo que, para salvaguarda do interesse público na salvaguarda

dessas instituições, o n.º 3 do artigo 56.º do RJELPL manda que se apliquem as mesmas regras que encontramos para as sociedades participadas, com as devidas adaptações, ressalvando desde logo o estabelecido no n.º 3 do artigo 59.º.

Estando assente a possibilidade das associações de direito privado poderem ser constituídas ou participadas por municípios, importa destacar que a constituição ou participação por parte daqueles deve ser fundamentada, como ficou dito, na melhor prossecução do interesse público. Acresce ainda, que a constituição ou participação de municípios em associações deste tipo, está assim dependente delas prosseguirem fins de relevante interesse público local, devendo, também, a sua atividade compreender-se no âmbito das atribuições das respetivas entidades públicas participantes, no caso, dos municípios.

Às associações de direito privado previstas no RJELPL, é aplicável com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 53.º a 55.º e 32.º desta lei, este último, aplicável ex vi n.º 2 do artigo 53.º desta lei.

Participação dos municípios - “Outras Participações”

Importa, pois, analisar o disposto no RJELPL.

Como foi oportunamente referido, a atividade empresarial local é desenvolvida, entre outras entidades, pelos municípios através dos serviços municipalizados ou intermunicipalizados e das empresas locais. Para além disso, este regime jurídico prevê a figura das participações locais que considera como “todas as participações sociais detidas pelos municípios, (...) em entidades constituídas ao abrigo da lei comercial que não assumam a natureza de empresas locais”.

Por fim, prevê ainda, no seu Capítulo V, a existência de outras participações, que se traduzem na participação dos municípios, assim como, de associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e as áreas metropolitanas em fundações, cooperativas e em associações de direito privado.

Os artigos 56.º e seguintes do RJELPL fixam assim as normas sobre “Outras participações”, destacando que o ente participado, no caso aqui em análise, a associação, deve “prosseguir fins de relevante interesse público local, devendo a sua atividade compreender-se no âmbito das atribuições das respetivas entidades públicas participantes”.

Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 59.º do RJELPL, os municípios podem participar com pessoas jurídicas privadas em associações, destacando que as referidas associações se regem pelas normas do Código Civil. Este artigo do RJELPL prevê ainda, no seu n.º 3 que o disposto no artigo 47.º deste diploma, referente à celebração de contratos-programa com empresas locais de serviços de interesse geral aplica-se, com as devidas adaptações, às associações de direito privado em que as entidades públicas participantes

exercam uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º.

Requisitos das associações constituídas ou participadas pelos municípios

O n.º 1 do art. 56.º do RJAEPL prevê que os entes constituídos ou participados nos termos do capítulo V desse diploma legal, no caso as associações de direito privado, - **devem prosseguir fins de relevante interesse público local, devendo a sua atividade compreender-se no âmbito das atribuições das respetivas entidades públicas participantes, no caso os municípios.**

Sobre o requisito referente aos fins de relevante interesse público local que as associações de direito privado devem prosseguir, importa destacar que “o interesse público que norteia a atividade da Administração, “também delimita a capacidade jurídica das pessoas coletivas públicas e a competência dos respetivos órgãos, através do princípio da especialidade (cfr. art.º 45º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro).

Em relação à prossecução do interesse público local, importa referir que “este depende do que o órgão executivo ou deliberativo do município determinar que é interesse público local (...) quanto às atividades se compreenderem no âmbito das atribuições dos municípios, opera aqui uma remissão para o art. 23.º, n.º 2, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”.

De acordo com este princípio, as pessoas coletivas existem tendo em vista a prossecução de determinados objetivos ou fins, pelo que só podem atuar para e na medida em que os pretendam alcançar. Nesta conformidade, “a limitação da capacidade da pessoa coletiva está principalmente neste dever de só exercer os poderes para alcançar os fins institucionais, sem que deles se possa desviar”(cfr art.º 160º nº 1 do Código Civil)”.

Nestes termos, o âmbito do objeto da associação deve integrar, também, alguma ou algumas das atribuições prosseguidas pelos municípios que nelas participam, o que aliás deverá ser destacado na fundamentação da própria deliberação da Assembleia Municipal, aquando da aprovação na mesma da adesão do município a uma associação.

Esta fundamentação deve ser fornecida ao órgão deliberativo - a Assembleia Municipal, por parte do órgão executivo, destacando que é este o órgão a quem cabe a concretização do que é o interesse público local.

DO PROCEDIMENTO A ADOTAR PELO MUNICÍPIO PARA PARTICIPAR EM ASSOCIAÇÕES DE DIREITO PRIVADO

Dos procedimentos legalmente fixados

Os números 2 e 3 do art.º 56.º do RJELPL abordam os procedimentos a adotar pelos municípios para participarem em associações de direito privado.

Resulta do RJELPL o seguinte:

a) Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 53.º, por remissão do n.º 4 do artigo 56.º, ambos do RJELPL em conjugação com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º e a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), **competete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre a participação municipal em associações de direito privado.**

A deliberação a tomar deverá incidir sobre a adesão à associação de direito privado, sem fins lucrativos, bem como a aceitação dos respetivos Estatutos, e aprovação da despesa no valor da quota devida enquanto associado, identificando o ano a que se refere o pagamento, e a assunção do encargo a suportar anualmente pelo Município após a adesão à Associação nos termos da proposta que deve ser apresentada.

b) Para efeitos do disposto no art. 56.º n.º 2 do RJELPL, a constituição ou a participação nos entes previstos no capítulo V deste regime jurídico - (Outras Participações) está sujeita ao **visto prévio do Tribunal de Contas, independentemente do valor associado ao ato.** O art. 2.º, n.º 1, al. c) da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, que determina estarem sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo financeiro do Tribunal de Contas, entre outras entidades, as autarquias locais.

A fiscalização prévia do tribunal de Contas, prevista no já mencionado artigo 56.º n.º 2 do RJELPL, tem por fim verificar se os atos, contratos ou outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras diretas ou indiretas estão conformes às leis em vigor e se os respetivos encargos têm cabimento em verba orçamental própria, sendo que, constitui fundamento da recusa do visto a desconformidade dos atos, contratos e demais instrumentos referidos com as leis em vigor que implique:

a) Nulidade; b) Encargos sem cabimento em verba orçamental própria ou violação direta de normas financeiras; c) Ilegalidade que altere ou possa alterar o respetivo resultado financeiro.

No âmbito da fiscalização prévia que decorre do artigo 54.º n.º 1 do RJELPL importa ter presente a Resolução n.º 14/2011 do Tribunal de Contas, onde são aprovadas as instruções sobre a organização dos processos de fiscalização prévia a remeter ao Tribunal de Contas.

Isto é, e como bem refere a Sra. Diretora do DJ, Dra. Isilda Castro:

«Na medida em que o n.º 3 do artigo 56.º do RJEL determina a aplicação, ainda que com as devidas adaptações, do consignado nos artigos 53.º a 55.º, o regime de aquisição de participações numa associação por parte de um município implica o seguinte procedimento, e a verificação dos seguintes requisitos

i) Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre a constituição e/ou a adesão - como é o caso - de associações já constituídas (*cfr.* artigo 53.º, n.º 1, *ex vi* artigo 56.º, n.º 3, do RJAEI);

ii) As referidas entidades devem prosseguir fins de relevante interesse público local, devendo a fundamentação da deliberação referida integrar os pressupostos justificativos desse interesse (*cfr.* artigos 56.º, n.º 1, e 53.º, n.º 1, do RJAEI

iii) Nos casos em que a participação/adesão confira à entidade participante uma posição dominante (o que não se afigura ser o caso), a deliberação deve ser precedida dos necessários estudos técnicos que, entre outros aspetos, demonstrem a viabilidade e a sustentabilidade económico financeira das unidades a adquirir – nomeadamente através da identificação dos ganhos de qualidade e racionalidade acrescentada decorrente do desenvolvimento da atividade através de uma entidade participada, a justificação das necessidades que visam satisfazer, o benefício social que delas resulta e os efeitos da sua atividade sobre as contas, estrutura organizacional e recursos humanos do município (*cfr.* artigo 32.º, *ex vi* artigos 56.º, n.º 3, e 53.º, n.º 2, do RJAEI). A ausência destes estudos e demonstrações comporta a nulidade da deliberação e eventual responsabilidade financeira, nos termos do artigo 32.º, n.º 1 *in fine*;

iv) Para além dos estudos referidos anteriormente, o artigo 32.º, n.º 2, do RJAEI prevê ainda que naqueles sejam incluídos a justificação das necessidades que se pretendem satisfazer com a associação, a demonstração da existência de procura atual ou futura, a avaliação dos efeitos da atividade da associação sobre as contas e a estrutura organizacional e os recursos humanos da entidade pública participante, assim como a ponderação do benefício social resultante para o conjunto dos cidadãos. Quanto a estes estudos, a expressão “*devem incluir*” presente no artigo 32.º, n.º 2, leva-nos a concluir que, apesar da sistematização normativa do artigo, a ausência destes elementos conduz também à nulidade da deliberação e à responsabilidade financeira, nos termos do artigo 32.º, n.º 1, do mesmo diploma.

v) Se a adesão do Município às indicadas associações de direito privado sem fins lucrativos não conferir posição dominante, há quem defenda, que a deliberação que autorize a adesão não tem de ser precedida da realização dos estudos técnicos a que se refere o citado artigo 32.º do RJAEI, exigidos por este preceito apenas nos casos de aquisição de participações sociais que confirmem uma influência dominante da entidade participante (*cfr.* artigos 53.º, n.º 2 e 58.º, da Lei n.º 50/2012).

vi) Todavia, na decisão n.º 1/2019, de 11-02-2019, do Tribunal de Contas foi seguido entendimento diverso, conforme dá nota o mesmo Autor, pronunciando-se no sentido da necessidade da prévia realização de estudos técnicos, ainda que esteja em causa uma participação que não confira à entidade participante uma posição dominante.

Sem prejuízo, na oportunidade, e, sendo caso disso, seguir-se-á, naturalmente, o entendimento do TdC quanto a esta matéria- nomeadamente apresentando os estudos ou relatórios de contas tidos por necessários.

vii) Porém, nos termos do artigo 53.º, n.º 1, a deliberação do órgão deliberativo da entidade participante deve ser fundamentada, sendo que a fundamentação deve integrar os pressupostos justificativos do relevante interesse público local.

viii) Esta fundamentação deve ser fornecida ao órgão deliberativo por parte do órgão executivo, sendo que é este o órgão a quem cabe a primeira palavra sobre a concretização do que é o interesse público local

ix) Deverá também constar das respetivas deliberações uma referência aos encargos que o Município irá assumir com a adesão, como associado, às referidas associações.

x) A deliberação da Assembleia Municipal que aprove, sob proposta da Câmara, a adesão às referidas associações de direito privado está sujeita a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, independentemente do montante associado à respetiva adesão (*cfr.* art.º 54.º, n.º 1, do RJAE).

xi) A deliberação da Assembleia Municipal que aprove, sob proposta da Câmara, a adesão às referidas associações de direito privado encontra-se sujeita a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, independentemente do montante associado à respetiva adesão (art.º 54.º, n.º 1, do RJAE). »

EM SUMA:

1. As autarquias locais encontram-se sujeitas à prossecução da sua ação e ao desenvolvimento de todas as suas iniciativas à luz do princípio da legalidade e da prossecução do interesse público, visto, principal, mas não unicamente, pela lente do interesse próprio da comunidade local.
2. Acresce que, como é sabido, a realização de qualquer despesa pública implica o cumprimento de determinados requisitos, entre os quais:
 - a verificação da conformidade legal da despesa (prévia existência de lei que autorize a despesa);
 - regularidade financeira (inscrição orçamental, correspondente cabimento e adequada classificação da despesa);
 - economia, eficiência e eficácia da despesa;
 - cumprimento das regras quanto à competência para a autorização da despesa.(já que, as despesas das autarquias locais só podem ser cativadas, assumidas, autorizadas e pagas se, para além de serem legais, estiverem inscritas no orçamento e com dotação igual ou superior ao cabimento e ao compromisso).
3. Em toda a legislação aplicável à despesa pública encontramos a máxima concretização do princípio da prossecução do interesse público, a plena realização do interesse da coletividade na obrigação da relação jurídica de despesa pública: o justo gasto público.

CONCLUINDO:

1. O processo poderá seguir para o Sr. Presidente, para efeitos de remessa a reunião do Executivo Municipal, nos seguintes termos:

«Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 53.º, por remissão do n.º 4 do artigo 56.º, ambos do RJAELPL em conjugação com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º e a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), submete-se **para aprovação da Câmara e posterior remessa à Assembleia Municipal:**

- a) a adesão à COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação;**
- b) a aprovação do pagamento da despesa no valor da quota devida enquanto Município Membro; e,**
- c) a aceitação dos estatutos da associação.»**

(Anexar: estatutos da COTEC e cabimento e compromisso)

2. Posto isto, remeter a visto do Tribunal de Contas.

É este, s.m.o., o m/ parecer.